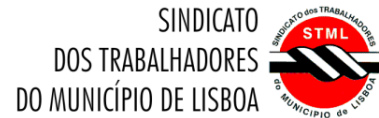




SINDICATO NACIONAL
DOS TRABALHADORES
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL

Rua D. Luís I, 20 F 1249-126 Lisboa
Tel: 210 958 400 — Fax: 210 958 469
stal.nacional@stal.pt — www.stal.pt



SINDICATO
DOS TRABALHADORES
DO MUNICÍPIO DE LISBOA

Rua de S. Lázaro, 66 1º Dº 1150-333 Lisboa
Tel: 21 888 54 30 — Fax: 21 888 54 29
stml@stml.pt

RESOLUÇÃO

VALORIZAR OS TRABALHADORES E OS SERVIÇOS PÚBLICOS

Desde o início da pandemia de Covid-19, os trabalhadores das autarquias, do sector empresarial local, dos bombeiros, da protecção civil, assim como muitos outros, têm desempenhado um papel crucial na resposta à emergência de saúde pública e à grave situação económica e social, assegurando serviços públicos essenciais ao funcionamento da sociedade.

A pandemia pôs a nu as graves consequências de décadas de políticas de cortes, de privatizações e desinvestimento nos serviços públicos; a brutal precariedade do trabalho, a enorme fragilidade dos sistemas da saúde e segurança social, os salários de miséria e as duras condições em que milhares de trabalhadores da administração local desempenham as suas profissões.

Apesar disso, os trabalhadores, enfrentando elevados riscos para a sua saúde e em muitos casos, para a própria vida, assumiram as suas funções de forma corajosa e exemplar. Se há lição que se pode tirar é a da importância dos serviços públicos e a necessidade urgente do seu reforço e valorização para assegurar uma prestação universal, contínua, de qualidade e próxima das populações. Outra, é a importância do trabalho e dos trabalhadores. A pandemia tornou claro que é o trabalho que cria a riqueza.

Os cidadãos perceberam-no, e reconheceram o esforço, ao contrário do governo, que em detrimento dos direitos dos trabalhadores, optou por favorecer os grupos económicos que mantiveram intocáveis os seus privilégios e lucros, ainda mais chocantes nos tempos que correm, demonstrando que não estamos todos no mesmo barco.

Isso é também evidente na proposta de Orçamento do Estado para 2021, que não responde às exigências centrais dos trabalhadores. Pelo contrário, congela salários, não cumprindo a promessa de aumento de 1% para 2021, mantém uma tabela remuneratória injusta e ilegal, atirando, pasme-se, a sua revisão para 2022; limita-se a acenar com um simulacro de regulamentação do suplemento de penosidade, insalubridade e risco, e mantém a proibição da acumulação de indemnizações por acidente de trabalho ou doença profissional, atribuídas por incapacidade parcial ou permanente com as respectivas remunerações – direito roubado aos trabalhadores no período da troika que urge recuperar.

Relativamente ao suplemento de insalubridade, penosidade e risco, a proposta do governo não só restringe à partida o universo dos trabalhadores abrangidos, como também pretende reduzir as várias compensações reclamadas pelos sindicatos a um mero suplemento remuneratório. Com efeito, a norma do OE (artigo 21.º) circunscreve a atribuição do suplemento apenas aos trabalhadores da carreira geral

de assistente operacional, que exerçam funções nas áreas de higiene urbana e saneamento das autarquias, caso se comprove que a respectiva saúde está a ser potencialmente ameaçada, excluindo milhares de trabalhadores que enfrentam igualmente elevados riscos.

Recordamos que foi o PS que, em Julho passado, apoiando-se nos deputados do PSD, CDS e IL que se abstiveram, chumbou os Projetos de lei do PCP, PEV e BE que previam a atribuição do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, e que, sem qualquer explicação, retirou a sua própria proposta que consagrava esse direito. Assim sendo, mais do que inscrever este objectivo no Orçamento do Estado, cuja aplicação não está assumida, o que se exige é que o governo concretize a regulamentação efectiva de acordo com as propostas sindicais e as leis já publicadas.

A resposta à grave crise sanitária, económica e social que enfrentamos exige a valorização dos trabalhadores e dos serviços públicos. Esse é o caminho!

Por isso, reafirmamos que aqui viremos as vezes que forem necessárias em defesa dos direitos, de melhores condições de vida e de trabalho.

Os trabalhadores, concentrados junto à Assembleia da República, em 23 de Outubro de 2020, exigem:

- Aumento dos salários em 90€ para todos os trabalhadores a partir de 1 de janeiro de 2021 e um salário mínimo de € 850,00 a curto prazo;
- A correcção da Tabela Remuneratória Única com base nesse salário mínimo como primeira posição e, mantendo a proporcionalidade entre os diversos níveis;
- A regulamentação dos suplementos legalmente previstos, com destaque para o suplemento de insalubridade, penosidade e risco nos termos das propostas sindicais;
- O pagamento das indemnizações por reparação dos acidentes em serviço e doenças profissionais;
- A reposição de direitos suprimidos aos trabalhadores, nomeadamente, a recuperação das carreiras, à evolução profissional, e a imediata revogação do SIADAP.

Os trabalhadores manifestam ainda o seu firme compromisso de prosseguir a luta pela exigência de resposta às suas reivindicações e manifestam a sua disponibilidade para todas as formas de luta, incluindo a convergência na acção com todos os trabalhadores da Ad. Pública, no âmbito da Frente Comum, nomeadamente, nas iniciativas em torno da votação na generalidade e final do Orçamento de Estado para 2021.

Lisboa, 23 de Outubro de 2020

A Marcha Nacional dos Trabalhadores da Administração Local